

**A RECONSTRUÇÃO DE UM PROJETO
DEMOCRÁTICO E NACIONAL
PARA O BRASIL**





**A RECONSTRUÇÃO DE UM PROJETO
DEMOCRÁTICO E NACIONAL
PARA O BRASIL**



Sumário

Introdução	7
A urgência de um novo projeto de nação: por um país democrático, soberano, economicamente desenvolvido e socialmente inclusivo	17
Medidas emergenciais para recuperação da economia, do emprego e da renda	25
Manifesto Projeto Brasil Nação	43
Frente Parlamentar Mista em Defesa da Soberania Nacional	57
Brasil do Diálogo, da Produção e do Emprego: acordo entre trabalhadores e empresários pelo futuro da produção e do emprego	61



Introdução

Um projeto de Nação capaz de enfrentar os desafios do tempo presente não pode abrir mão de alguns compromissos fundamentais como: a democracia política, o desenvolvimento econômico, a concertação social, a soberania nacional e a ampliação da cidadania. O avanço nestes campos foi fruto de lutas e resistências das forças progressistas ao longo da nossa trajetória histórica.

Entretanto, o Brasil vive hoje uma crise sem precedentes. Uma destruição em ritmo inaudito coloca em xeque a democracia e a soberania popular, fulmina o investimento das empresas e o consumo das famílias, gerando desemprego e endividamento.

A recessão aprofunda-se entre um governo nacional instável e um cenário internacional incerto.

Esse retrocesso tem sido perpetrado por um projeto que não tem legitimidade e popularidade para propor mudanças de rumo tão radicais, pois se trata de um governo que não teve origem no voto popular.

Desde abril de 2016 presenciamos a imposição de uma ruptura do pacto social brasileiro expressa tanto no desmonte da Consolidação das Leis do Trabalho (1942) quanto na intenção de se dismantelar a Constituição Federal Cidadã (1988). Tal como propostas, as reformas trabalhista e previdenciária, assim como a redução dos gastos constitucionais com educação e saúde e a terceirização generalizada caminham na contramão de um projeto de desenvolvimento nacional.

Mais ainda, presenciamos a implosão do arranjo institucional que levou o Brasil a transitar do modelo primário-exportador para o modelo urbano-industrial. O que se observa é a desestruturação das bases desenvolvimentistas que resistiram à década neoliberal dos anos 1990 e que tiveram protagonismo no avanço empreendido na primeira década dos anos 2000.

A fragilização da Petrobrás, e com ela o desfalecimento da política de conteúdo local, assim como as acusações contra o BNDES, e com elas a tentativa de criminalização da política de créditos direcionados, concorrem no sentido de minar as bases de reconstrução autônoma do país.

A política econômica vigente, de interesse prioritário do rentismo financeiro e do curto-prazismo, é responsável pela escalada da decomposição econômica. A indústria definha esmagada por juros muito elevados, câmbio pouco competitivo e uma estrutura tributária que taxa o consumo e a produção, mas desonera a renda e o patrimônio dos mais abastados.

Projetos de defesa são abandonados; patrimônios públicos são desnacionalizados; na infraestrutura, na metal-mecânica, na engenharia pesada e na construção civil o quadro é igualmente desolador; além disso, a educação, ciência e tecnologia sofrem ameaças, cortes e mudanças regressivas.

As políticas sociais estão sendo mutiladas. Na seguridade, os mais pobres, os mais velhos, os mais vulneráveis são alvo de abandono; mulheres, negros e jovens não se sentem representados e não são contemplados adequadamente com políticas públicas; populações indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais em geral veem suas conquistas sob risco. Na segurança, a selvageria impera no interior do sistema carcerário, e fora dele assiste-se ao aumento de ho-

micídios, do linchamento, da tortura e da violência do Estado, sobretudo contra jovens negros das periferias das grandes cidades do país.

Não por acaso, essa tragédia ocorreu num momento internacional em que o Brasil, contrariando interesses norte-americanos, se projetava como Nação efetivamente soberana, ampliando relações com países da América Latina e da África, estreitando relações Sul-Sul e construindo o bloco dos BRICS. Mais ainda, essa mudança abrupta de rota ocorreu num momento nacional em que a sociedade de mercado brasileira ampliava-se com a expansão do trabalho formal e do consumo popular. Mas a luta contra as desigualdades econômicas e contra os privilégios sociais parece não ter sido bem digerida pelos interesses do liberalismo financeiro-rentista.

Neste quadro, é insensato propor verdadeiras “contra-reformas” que parecem ter como objetivo estrito o retorno do Brasil ao passado pré-moderno, levando angústia e desespero a milhões de pessoas e colocando em risco a própria estabilidade do tecido social, no interior do qual se explicitam a luta e a

resistência, mas também o desencanto e a apatia, o ódio e a intolerância.

Sob o argumento falso da modernização se abre o país para os interesses do capital internacional, sob o argumento moralista do combate à corrupção se desestruturam as empresas estatais e sob o argumento falacioso da busca estrita por competitividade se enxugam os custos do capital privado com menos orçamento para os direitos sociais e trabalhistas e com mais privilégios para os ganhos rentistas dos financistas, para não mencionar as benesses corporativistas de grupos encastelados no interior dos núcleos decisórios do Mercado e do Estado.

Nesse momento cabe às forças comprometidas com a democracia e com o desenvolvimento autônomo do país, cabe à sua intelectualidade (esteja ela dentro ou fora da academia), lutar e participar do processo de construção de novas alternativas capazes de recompor as forças e o otimismo dos brasileiros para retomar a construção de um Projeto de Brasil Nação, com um país mais democrático, soberano, economicamente desenvolvido e socialmente inclusivo.

Com espírito comum, em lugares diferentes, mas em tempos avizinhadados e com mãos complementares, que se redigiram os cinco documentos que são aqui apresentados, que propõe a conjugação de forças para a reconstrução de um projeto de país, quais sejam: (1) o manifesto “A urgência de um projeto de nação: por um país democrático, soberano, economicamente desenvolvido e socialmente inclusivo”, lançado em 22/03/2017; (2) o documento “Medidas emergenciais para a recuperação da economia, do emprego e da renda”, lançado dia 27/04/2017; (3) o manifesto Projeto Brasil Nação, lançado em 28/04/2017 e que já conta com mais de dez mil assinaturas e (4) o manifesto da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Soberania, lançado em 21/06/2017, aos quais se soma (5) o documento “Brasil do diálogo, da produção e do emprego”, mais antigo, mas aqui incluído tanto pela atualidade das questões que traz quanto pelo testemunho que dá do diálogo possível entre representantes dos trabalhadores e do empresariado.

Creemos que a reunião desse conjunto de iniciativas diversas, que contou com a participação de intelectuais

das mais variadas áreas, ex-ministros, figuras públicas, formadores de opinião, artistas e importantes representantes de entidades do empresariado e do sindicalismo, constitui uma importante contribuição ao debate para uma saída democrática e nacional para a atual crise.

No Brasil atual o custo do capital (com câmbio e juros) é um problema maior do que o custo do trabalho. A persistir a atual política econômica, que ignora o impacto da taxa de câmbio apreciada sobre os investimentos produtivos e que pratica taxa de juros que estimulam apenas a aplicação financeira, minamos possibilidades de avanços futuros.

Para nós, privatizar patrimônio público e desnacionalizar empresas sob controle nacional serve apenas para enfraquecer o país e aumentar os ganhos privados de curto-prazistas de rentistas sem compromisso com um projeto público e de longo prazo para o desenvolvimento da Nação. Além disso, esse tipo de política reduz a capacidade de ação do Estado, tornando-o refém do mercado, e, portanto, menos sujeito à influência do voto cidadão, que a cada eleição deve buscar influir nos rumos do país.

O problema fiscal se resolve com a retomada do crescimento da economia, a expansão fiscal anticíclica, a articulação entre investimentos públicos e privados e o reconhecimento da importância do gasto social e da criação de uma estrutura tributária menos regressiva.

Para termos soberania nacional precisamos de uma política externa independente, que valorize um maior entendimento entre os países subdesenvolvidos e um mundo multipolar que propicie o espaço de política requerido para o desenvolvimento econômico.

Para termos democracia, precisamos aperfeiçoar nossos mecanismos de representação e participação pactuados na Carta de 1988, diminuir a influência do poder econômico no processo político, evitando que os poderes da república sejam cooptados e monopolizados pelos interesses dos mais ricos.

Para termos desenvolvimento econômico precisamos de crescimento com distribuição de renda, política industrial e setorial, investimentos públicos e privados, com a incorporação de progresso técnico, os quais dependem de boa infraestrutura, juros baixos e taxa de câmbio competitiva; precisamos de

educação, ciência e tecnologia, mais inovadoras e mais integradas.

Para termos diminuição da desigualdade, precisamos de impostos progressivos e de um Estado de bem-estar social amplo, que garanta de forma universal educação, saúde e renda básica. Além disso, precisamos garantir às mulheres, aos negros, aos indígenas, à comunidade LGBT e às comunidades tradicionais direitos iguais. Um novo projeto de desenvolvimento nacional precisa enfrentar problemas estruturais oriundos do racismo e do patriarcado, além de dialogar com as novas demandas sociais por direitos civis, liberdades individuais e questões identitárias, a fim de se construir um projeto de democracia que imante o conjunto da cidadania brasileira.

Para termos proteção do meio-ambiente, precisamos cuidar de nossas riquezas naturais, economizar recursos, desenvolver fontes de energia renovável e participar do grande esforço mundial para evitar o aquecimento global. Temos todas as condições para nos desenvolvermos.

Apesar da violência e do autoritarismo que marcam nossa cultura política, temos milhões de cidadãos e ci-

dadãs criativos que compõem uma sociedade plural. Temos expressões e linguagens culturais diversas. Temos um parque produtivo amplo e riquezas oriundas da biodiversidade, em um país de dimensão continental. Temos posição e peso estratégicos na geopolítica e na geoeconomia internacionais. Temos histórico de cooperação multilateral, em defesa da autodeterminação e da não intervenção em países. Em suma, temos elementos vitais para a reconstrução de nossa identidade.

Em última instância, o objetivo dos que subscreveram os manifestos aqui apresentados é participar ativamente da refundação de um Projeto de Brasil Nação, daí o compromisso firmado de dar sequência e tirar consequências políticas das reflexões apresentadas nos documentos aqui mencionados.

Nosso horizonte é a criação de um novo projeto que caminhe para construir um Brasil onde caibam todos os brasileiros e brasileiras.

São Paulo, 22 de junho de 2017

William Nozaki

Coordenador da Cátedra Celso Furtado

Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP)

A urgência de um novo projeto de nação: por um país democrático, soberano, economicamente desenvolvido e socialmente inclusivo

Reunidos na Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, nós, cidadãos das mais diversas visões políticas, representantes de instituições da sociedade civil e de entidades sindicais e empresariais, unificados pela preocupação comum em relação aos destinos do país em momento tão grave de sua história, externamos nossos pontos de vista sobre alguns dos temas mais urgentes da atual conjuntura.

Desde abril último presenciamos a imposição de um programa de ruptura do pacto social brasileiro estabelecido pela Constituição de 1988. Por mais que tentem aprová-lo a toque de caixa no Congresso Nacional, salta aos olhos que tal programa não fez parte de qualquer candidatura vitoriosa nas eleições de 2014: nem para o Poder Executivo, nem para o Poder Legislativo. Sendo um governo transitório, falta-lhe, pois, norte, tempo e popularidade para implementar as mudanças de fato exigidas pelo país.

Impõe-se defender a democracia e, sobretudo, as eleições de 2018, para impedir quaisquer formas de perseguição política, cerceamento da liberdade de opinião. Afirmamos, também, ser inaceitável qualquer mudança no regime político e no sistema de governo que não passe pelo crivo das urnas. A empresa nacional, a reindustrialização do Brasil e o investimento em ciência e tecnologia devem ser defendidos por qualquer governo comprometido com o desenvolvimento nacional.

A política econômica vigente, de interesse exclusivo do mercado financeiro rentista, nacional e internacional, é responsável pela escalada do desemprego. Leva angústia e desespero a milhões de pessoas, e coloca em risco a estabilidade social. Neste quadro, é insensato propor reformas que têm como objetivo suprimir direitos sociais e trabalhistas conquistados há décadas. Elas não reformam a casa dos brasileiros. Derrubam seus alicerces.

Juros exorbitantes, câmbio apreciado, fragilização deliberada da Petrobrás, justamente quando a companhia descobriu a maior reserva de petróleo

do planeta dos últimos 30 anos, além do abandono da política de conteúdo local que possibilitou a industrialização acelerada do país a partir dos anos 50 do século passado, desconstrução do BNDES, essencial como indutor do desenvolvimento, tudo isso configura um cenário que, se não for revertido, nos remeterá ao passado.

A terceirização, se irrestrita e ilimitada, poderá representar a eliminação de direitos trabalhistas para a parcela mais vulnerável da população brasileira e o rebaixamento dos padrões de civilização e justiça do nosso pacto social.

As mudanças na previdência não podem inviabilizar a aposentadoria de parte substancial da população brasileira e destruir a solidariedade entre gerações, classes sociais e regiões do país.

Ao invés de encarecer o crédito público direcionado para o investimento, excedendo em muito os padrões internacionais que asseguram a integração global competitiva, é preciso trazer a taxa de juros básica para patamares minimamente compatíveis com a média internacional e com a rentabilidade da

atividade produtiva e de projetos de infraestrutura, sem o que será difícil e caro evitar a valorização cambial do Real.

Sem taxa de câmbio competitiva, nossa desindustrialização será aprofundada. O real sobrevalorizado inviabiliza investimentos nacionais de longo prazo e intensifica a transferência de empregos para o exterior.

O rebaixamento do investimento público deve ser revertido. As exigências de conteúdo tecnológico local e nacional, em função de seu potencial indutor do investimento privado local, devem ser mantidas.

Os bancos públicos têm um papel importante no financiamento do investimento privado e na geração de empregos, papel esse que não pode ser prejudicado pela eliminação ou grande encarecimento de suas fontes de recursos, aumentando juros e inviabilizando inversões de maiores risco, prazo e conteúdo tecnológico.

Está claro o propósito da atual política econômica, de estabelecer para o Brasil nas próximas décadas o rumo da subserviência ao estrangeiro, da exclusão

social, do desprezo à cidadania e à democracia, em contraposição ao Brasil que almejamos, democrático, soberano, economicamente desenvolvido e socialmente inclusivo.

Nossa democracia não pode ser atropelada por um processo demasiadamente atabalhado de mudanças nos estatutos legais que regulam nosso pacto social retirando direitos fundamentais.

A imprensa é inimiga da legitimidade porque visa bloquear o debate público e, particularmente, tolher a participação dos maiores afetados por essas reformas.

Vivemos um momento delicadíssimo. Nosso país, uma das dez maiores economias do mundo, não pode se apequenar. Urge resistir ao desmonte em curso, do Estado, da economia e da política. É este o nosso compromisso.

São Paulo, 22 de março de 2017

Subscritores originais:

Aldo Fornazieri (Cientista Político, FESPSP).

Angelo Del Vecchio (Sociólogo).

Antonio Correa de Lacerda (Economista, PUC-SP)

Artur Araujo (Consultor da Federação Nacional dos Engenheiros).
Cesar Prata (Vice-Presidente da ABIMAQ).
Clemente Ganz Lucio (Diretor Técnico do DIEESE).
Clovis Francisco Nascimento Filho (Senge-RJ, Fisenge).
Ennio Candoti (Físico, ex-presidente da SBPC e atual Diretor do Museu da Amazônia).
Franklin Martins (Jornalista, ex-ministro da Secretaria de Comunicação Social).
Gastão Wagner de Souza Campos (Medicina, Unicamp, presidente da Abrasco).
Gilberto Bercovici (Direito, USP).
Guilherme Estrella (Geólogo, ex-Diretor da Petrobrás).
Hélio Campos Mello (Jornalista, Revista Brasileiros).
João Antonio Moraes (Federação Única dos Petroleiros-FUP).
João Guilherme Vargas Netto (Consultor Sindical).
Ladislau Dowbor (Economista, PUC-SP).
Lais da Costa Manso (Socióloga).
Luiz Carlos Bresser-Pereira (Ex-Ministro da Fazenda, FGV).
Manuel Domingos Neto (Universidade Federal Ceará).
Márcio Pochmann (Economista, UNICAMP).
Mario Scheffer (FMUSP e Vice-Presidente da ABRASCO).
Murilo Celso de Campos Pinheiro (Presidente do Seesp e do FNE).
Olimpio Alves dos Santos (Senge-RJ e Fisenge).
Otavio Velho (Antropólogo, UFRJ).
Pedro Celestino Pereira (Presidente do Clube de Engenharia-RJ).
Pedro Paulo Zahluth Bastos (Economista, UNICAMP).
Roberto Amaral (ex-Ministro da Ciência e Tecnologia).
Rodrigo de Moraes (Sindicato dos Metalúrgicos de SP).

Samuel Pinheiro Guimarães (Diplomata, Ex-Ministro da Secretaria de Assuntos Estratégicos).

Saturnino Braga (Presidente do Centro Internacional Celso Furtado).

Ubiratan de Paula Santos (Médico e Conselheiro da FESPSP).

William Nozaki (Cientista Político, Coordenador da Cátedra Celso Furtado - FESPSP).



Medidas emergenciais para recuperação da economia, do emprego e da renda

1. Proteger os trabalhadores na crise, seus direitos e patrimônio

Retirar de pauta a reforma da previdência, a Reforma Trabalhista e revogar a lei de terceirização

Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 287/2016 que trata da previdência, encaminhada pelo governo ao Congresso em dezembro de 2016, reduz o valor de benefícios futuros, impõe no mínimo 65 anos com 25 de contribuição para aposentadoria, aumenta os anos de contribuição para recebimento integral do benefício, amplia as idades requeridas para aposentadoria de homens e mulheres, inviabiliza a aposentadoria de trabalhadores rurais, e dificulta o acesso aos benefícios assistenciais. Mesmo que mudanças pontuais sejam feitas, essa reforma será nefasta ao povo brasileiro. A reforma, ao diminuir a cobertura previdenciária e extinguir direitos, vai aumentar a pobreza e refor-

çar desigualdades. Já a reforma trabalhista propõe o negociado sobre o legislado e a flexibilização das jornadas de trabalho. A lei de terceirização ampla e irrestrita torna precárias as relações de trabalho.

Aumentar as parcelas do benefício do seguro desemprego e antecipar o Abono Salarial de 2016 que só será pago em 2018.

Há uma previsão legal para ampliar as parcelas do seguro desemprego em momento de alto desemprego. Em 2009, essa alternativa foi utilizada com muito sucesso. Desde 2015, o abono salarial passou a ser pago metade em um ano e outra metade no ano seguinte. Para ampliar a renda das famílias brasileiras seria importante antecipar para já a segunda parcela referente a 2016, que só será paga em 2018.

Aumentar o Bolsa Família e qualificar as famílias beneficiárias

Para as famílias mais vulneráveis é importante aumentar os valores e alterar a faixa de enquadramento da pobreza (renda familiar per capita) do Bolsa Famí-

lia, para incorporar mais famílias, e ampliar a política de formação profissional visando o emprego para os beneficiários do programa. Também instituir o pagamento do 13º no programa Bolsa Família.

Ampliar o Programa Minha Casa Minha Vida para habitação popular (Faixa 1)

É essencial retomar as obras destinadas à faixa de rendimentos mais baixos do programa “Minha Casa Minha Vida”, que estão paralisadas, bem como a modalidade de construção via entidades. Essa é a faixa que tem o maior subsídio público e proporciona patrimônio às famílias mais pobres. Os recursos do FGTS poderiam ser utilizados para capitalizar o FAR (Fundo de Arrendamento Residencial), fundo utilizado para viabilizar tais empreendimentos. Esse programa também gera muitos empregos e movimentação o setor da construção civil, ajudando a economia.

Garantir o aumento real do salário mínimo

Com a queda do PIB em 2015 e 2016, não haverá qualquer aumento real do salário mínimo, como

dispõe a lei hoje vigente. A EC 95/2016 irá acabar com esse instrumento de distribuição de renda e dinamização econômica, tanto pelo setor privado quanto pelos benefícios sociais (como previdência). Na crise, seria preciso ampliar o salário mínimo em termos reais, pois os trabalhadores que o recebem gastam praticamente tudo o que ganham, estimulando a economia. Além disso, como mais de 60% dos benefícios previdenciários do Regime Geral vinculam-se ao salário mínimo, a medida beneficiaria diretamente mais de 18 milhões de aposentados e pensionistas no país e na nossa economia.

Ampliar os investimentos com educação e saúde públicas

A EC 95/2016 inviabiliza o aumento dos gastos nessas áreas, por isso temos de revogá-la. Esses gastos, além de um enorme potencial econômico, pelo mercado de consumo pelos investimentos que abrangem, geram também distribuição de renda direta e indireta ao ampliar e melhorar o acesso e qualificar os serviços públicos gratuitos.

2. Fortalecer as empresas brasileiras para gerar empregos de qualidade

Ampliar as linhas emergenciais do BNDES, BB e Caixa para refinanciamento de dívida e capital de giro

As empresas brasileiras estão endividadadas e com grande capacidade ociosa, a maior já verificada na série histórica iniciada em 2003. Por esta razão não há investimentos. Para evitar falências e retomar a produção é importante recuperar as empresas para produção. Em vez de acumular R\$ 100 bilhões em caixa, o BNDES tem de criar nova linha de crédito de capital de giro e contribuir para renegociar e reestruturar as dívidas das empresas.

Liberar o Depósito Compulsório dos bancos para renegociar dívidas das empresas

A liberação tem que ser condicionada para que os bancos privados renegociem as dívidas das empresas e não uma simples liberação do compulsório, que tende apenas a ampliar o endividamento público.

Garantir câmbio estável e competitivo

É preciso estabilizar o Real em patamares capazes de garantir a competitividade e proporcionar previsibilidade para as empresas e demais agentes. Durante as décadas de 1990 e 2000, utilizou-se o preço do dólar como forma de controlar a inflação, fazendo com que, ao final da década, o Brasil tivesse um dos preços do dólar mais baixos do mundo, comprometendo a competitividade da indústria brasileira.

Recentemente, tínhamos voltado a ter um câmbio competitivo, mas tudo indica que novamente o BC voltou a usar o artifício de valorização do Real mantendo uma taxa de juros mais alta que as do resto do mundo, o que tem deixado o preço do dólar cada vez mais prejudicial para quem produz, exporta e gera empregos no Brasil. E o que é mais grave, não há formas de prever a trajetória cambial.

Fortalecer o Banco do Brasil e expandir o crédito agrícola

O setor agrícola tem um potencial de expandir a economia brasileira, pois é o setor com maior di-

namismo no momento. Um aumento das linhas de crédito para investimento e custeio, especialmente para a agricultura familiar permitiria estimular o setor de máquinas e implementos agrícolas do País.

Apoiar os setores de alta tecnologia e defesa

O Brasil possui setores de ponta tecnológica na cadeia de petróleo e gás, eletroeletrônica, biotecnologia, energias renováveis, saúde e sistemas de defesa. Essas são as indústrias nacionais de maior valor agregado e que precisam ser estimuladas, principalmente, por compras públicas e recuperação da obrigatoriedade de conteúdo nacional.

Aumentar o comércio Sul-Sul, principalmente BRICS

Desde a crise de 2008/09 houve uma redução drástica do comércio mundial com a taxa de crescimento sendo inferior ao crescimento do PIB mundial. Recentemente, medidas protecionistas ou isolacionistas foram acentuadas em países centrais. Tudo indica um possível fechamento de mercados

tradicionais. Nesse sentido, é preciso aumentar o comércio com nossos parceiros do Sul, fortalecendo o Mercosul, e acentuar as relações com os BRICS, grupo que reúne Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, com estratégia de integração produtiva.

3. Recuperar a capacidade de investimento do Estado em todas as três esferas.

Revogar a Emenda Constitucional 95/2016 (Ex-PEC 55)

Sem revogar essa EC, os gastos sociais, os investimentos públicos e a melhoria da prestação dos serviços públicos federais estarão comprometidos nos próximos 20 anos. A EC 95/2016 impõe uma forte redução do Estado Brasileiro, incompatível com o papel necessário do Estado para promover um crescimento sustentável e inclusivo.

Estabelecer um regime fiscal para o desenvolvimento econômico

É preciso urgentemente estabelecer um novo regime fiscal para evitar o caráter pró-cíclico da políti-

ca fiscal. A política fiscal tem que ser utilizada para garantir a capacidade de atuação do Estado e recuperar a capacidade de investimento do setor público, o grande dinamizador do crescimento. A recuperação do crescimento tem que ser o ponto central para qualquer estratégia de estabilização da dívida pública. Já há um projeto concreto em tramitação no Senado que estabelece a meta ajustada ao ciclo e cria regime especial de contingenciamento.

Aumentar as receitas públicas por meio de tributação progressiva

É preciso uma medida emergencial para recompor as perdas de receitas públicas dos últimos anos. Se voltarmos ao nível pré-crise 2008, já recuperaremos a capacidade de investimento do Estado brasileiro. O aumento dos tributos deve ser feito sobre aqueles que, apesar da alta renda, não pagam imposto. Precisamos taxar lucros e dividendos e acabar com a isenção tributária de juros sobre capital próprio.

Combater a sonegação e recuperar a dívida ativa

Além de tornar mais justa a carga tributária, é preciso acelerar as medidas de combate à sonegação e recuperação da dívida ativa para ampliar a arrecadação daqueles que devem ao Estado brasileiro. Estima-se R\$ 500 bilhões em sonegação, em torno de R\$ 1,3 trilhão em dívida ativa.

Renegociar as dívidas dos estados e criar plano emergencial com compromisso de investimentos

As taxas de juros que vigoraram sobre a dívida dos estados foram abusivas e é preciso renegociá-las. Há pressão para que sejam exigidas contrapartidas que irão colocar os estados na mesma trajetória de medidas recessivas da EC 95 e da desestatização. Portanto, nesse momento, a solução é garantir recursos sem condicionalidades, exceto a de aumentar o investimento, o que ajuda a resgatar o crescimento econômico.

4. Investir em infraestrutura para uma economia dinâmica e eficiente

Recuperar as empresas de construção civil

Um dos setores mais importantes para competitividade internacional e a geração de empregos, o de construção civil, foi devastado pela forma de atuação da Operação Lava Jato, nos últimos anos, irradiando perdas para seus sistemas produtivos. Em vez de punir os donos das empresas, como ocorre em quase todos os países, no Brasil, houve punição severa às empresas, com interrupção das linhas de crédito e paralisação de diversas obras. Com isso, centenas de milhares de empregos foram perdidos e milhares estão ameaçados.

É preciso urgentemente separar o tratamento da pessoa jurídica daquele que é dado à pessoa física, por meio de acordos de leniência e outras medidas, permitindo que esse setor volte a ser dinâmico e empregador.

Retomar as obras paradas nos estados

As obras que já têm licença de operação podem rapidamente ser retomadas e gerar empregos. Além disso, por serem regionalmente diversificadas, tais

obras têm capacidade de irradiar o desenvolvimento para todo o território nacional. São muitas obras do PAC que estão nesta condição.

Concluir com urgência absoluta a Transposição do Rio São Francisco eixo norte

As secas prolongadas, cada vez mais, são uma triste perspectiva para o Nordeste em razão das mudanças climáticas. A economia e a vida das grandes cidades - em especial das regiões de agricultura irrigada - poderão ser inviabilizadas se essa obra não for concluída até meados de 2017. Propõe-se a urgente conclusão do projeto deste eixo que está parado.

Expandir a produção de energia elétrica focada em energias renováveis baratas

Temos os menores custos potenciais do mundo na produção de energia renovável principalmente eólicas, solar (aproveitando que o Brasil tem uma combinação única de insolação, alto consumo, ampla rede de transmissão e perfeita complementariedade com o sistema hidroelétrico de grandes reservató-

rios) e bioeletricidade (queima de subprodutos da agroindústria e lixo).

Completar as obras ferroviárias de integração nacional

Estão paradas as obras das ferrovias Norte-Sul, Transnordestina, Leste-Oeste entre outras. Elas são fundamentais para a integração nacional, assim como para reduzir o custo de transporte e de alimentação em todo o país. Elas podem gerar milhares de empregos e dar maior competitividade à indústria e à agricultura.

Fazer aporte na ABGF para fortalecer as garantias dos empreendimentos estruturantes

Um dos problemas das grandes obras é a exigência de garantias corporativas para o crédito e a cobrança de seguros caríssimos para realizá-los. Como solução foi criada, no governo Dilma, a Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias, mas que não foi devidamente capitalizada para prestar os serviços adequados.

Criar Fundo Garantidor com as reservas internacionais para crédito do banco dos BRICS

Usar parte das reservas como garantia para empréstimos de longo prazo junto ao Banco dos BRICS, estimulando a concorrência com o BID e o Banco Mundial. É preciso aproveitar o acordo com os BRICS e com bancos e agências de Fomento como BID, JBIC, JICA, para garantir financiamento para investimentos nestes países. Usar as reservas como garantia não trará nenhum impacto sobre a situação das contas nacionais.

Lançar o Fundo Nacional de Desenvolvimento e Emprego

Criar um fundo destinado a financiar obras de infraestrutura, saneamento, habitação, mobilidade urbana, energia renovável e investimentos da Petrobrás. Há várias fontes de recursos para isso, como os R\$ 100 bilhões em caixa no BNDES e os recursos do FGTS.

5. Recuperar o papel central da Petrobras

Impedir e reverter a fragmentação, destruição e privatização da Petrobrás

Estabelecer regras na legislação que impeçam a privatização disfarçada e as alienações – a preços vis – dos ativos da Petrobras, assim como a entrega de blocos gigantes do Pré-Sal para empresas estrangeiras. Temos de usar esse patrimônio brasileiro para ampliar e enraizar o desenvolvimento.

Reestabelecer os planos de investimento da Petrobrás

Os indicadores financeiros da Petrobrás foram muito afetados em 2015 pela queda do preço do petróleo e pela forte desvalorização cambial, dado o peso das dívidas em dólar para a empresa. A atual gestão, se aproveitando da conjuntura atual, estabeleceu parâmetros para a situação financeira, com foco no curtíssimo prazo, o que tem levada a uma política de desinvestimento (venda de patrimônio). Uma gestão financeira mais adequada permitiria a manutenção de um calendário de investimentos e

manteria a solvência da empresa. A Petrobrás foi a principal empresa no crescimento dos investimentos no Brasil nos últimos anos.

Concluir as obras paradas, especialmente plataformas e refinarias

Parar centenas de obras quase concluídas foi um dos maiores erros registrados no país nos últimos anos. Equipamentos de bilhões de dólares estão enferrujando, a Petrobrás deixa de faturar centenas de bilhões de reais por não ter investido uma pequena fração para concluir essas obras. O primeiro passo é a realização de um acordo de leniência com as construtoras e o pagamento para a finalização das obras.

Fortalecer a política de conteúdo nacional e regional de compras da Petrobras

Nos últimos 2 anos, centenas de milhares de empregos foram perdidos nas empresas fornecedoras do sistema Petrobrás. O Brasil voltou a encomendar plataformas na China e Cingapura. Vamos restabelecer e reformular os programas de conteúdo nacional, regional

e local. Os produtos fornecidos para a Petrobrás e suas obras devem ser majoritariamente fabricados e contratados no Brasil, gerando empregos para o nosso povo.

6. Redução estrutural dos juros

Reduzir a taxa básica de juros real

Não há qualquer incentivo à atividade produtiva com taxas básicas de juros reais próximas a 6% e com o custo de crédito que temos no Brasil. Diante da forte recessão e do cenário de queda da inflação para meta é importante que sejam reduzidas rapidamente as taxas de juros e que se controlem os spreads (ganhos bancários) no crédito, principalmente para capital de giro. Os Bancos Públicos têm papel essencial nesse controle, ao baixar os próprios juros.

Definir duplo mandato para o Banco Central, que deve cuidar da inflação e do emprego

Garantir que as políticas monetária e cambial sejam conduzidas não apenas para garantir a estabilidade dos preços e o controle da inflação, mas

também em favor do crescimento, da geração do emprego e do aumento da renda, como faz o FED, Banco Central Americano.

Reduzir os ganhos bancários no crédito dos bancos oficiais para empresas e famílias

Os spreads (ganho dos bancos) altos no Brasil não são decorrentes do crédito direcionado, como insistem os atuais condutores da política econômica. O que mais explica que os spreads brasileiros sejam os maiores do mundo é a forte concentração do sistema bancário. Hoje, apenas quatro bancos respondem por mais de 74% do crédito no Brasil. O país tem importantes bancos públicos que também concentram o crédito e podem orientar a redução dos spreads e baixar o custo do crédito, ampliando a concorrência com os bancos privados.

Brasília, 24 de abril de 2017

Subscritores originais:

Bancada da Câmara e do Senado - PT

Manifesto Projeto Brasil Nação

O Brasil vive uma crise sem precedentes. O desemprego atinge níveis assustadores. Endividadas, empresas cortam investimentos e vagas. A indústria definha, esmagada pelos juros reais mais altos do mundo e pelo câmbio sobreapreciado. Patrimônios construídos ao longo de décadas são desnacionalizados.

Mudanças nas regras de conteúdo local atingem a produção nacional. A indústria naval, que havia renascido, decai. Na infraestrutura e na construção civil, o quadro é de recuo. Ciência, cultura, educação e tecnologia sofrem cortes.

Programas e direitos sociais estão ameaçados. Na saúde e na Previdência, os mais pobres, os mais velhos, os mais vulneráveis são alvo de abandono.

A desigualdade volta a aumentar, após um período de ascensão dos mais pobres. A sociedade se divide e se radicaliza, abrindo espaço para o ódio e o preconceito.

No conjunto, são as ideias de nação e da solidariedade nacional que estão em jogo. Todo esse retrocesso

tem apoio de uma coalizão de classes financeiro-rentista que estimula o país a incorrer em déficits em conta corrente, facilitando assim, de um lado, a apreciação cambial de longo prazo e a perda de competitividade de nossas empresas, e, de outro, a ocupação de nosso mercado interno pelas multinacionais, os financiamentos externos e o comércio desigual.

Esse ataque foi desfechado num momento em que o Brasil se projetava como nação, se unindo a países fora da órbita exclusiva de Washington. Buscava alianças com países em desenvolvimento e com seus vizinhos do continente, realizando uma política externa de autonomia e cooperação. O país construía projetos com autonomia no campo do petróleo, da defesa, das relações internacionais, realizava políticas de ascensão social e reduzia desigualdades em que pesem os efeitos danosos da manutenção dos juros altos e do câmbio apreciado.

Para o governo, a causa da grande recessão atual é a irresponsabilidade fiscal; para nós, o que ocorre é uma armadilha de juros altos e de câmbio apreciado que inviabiliza o investimento privado. A política

macroeconômica que o governo impõe à nação apenas agravou a recessão. Quanto aos juros altíssimos, alega que são “naturais”, decorrendo dos déficits fiscais, quando, na verdade, permaneceram muito altos mesmo no período em que o país atingiu suas metas de superávit primário (1999-2012).

Buscando reduzir o Estado a qualquer custo, o governo corta gastos e investimentos públicos, esvazia o BNDES, esquarteja a Petrobrás, desnacionaliza serviços públicos, oferece grandes obras públicas apenas a empresas estrangeiras, abandona a política de conteúdo nacional, enfraquece a indústria nacional e os programas de defesa do país, e liberaliza a venda de terras a estrangeiros, inclusive em áreas sensíveis ao interesse nacional.

Privatizar e desnacionalizar monopólios serve apenas para aumentar os ganhos de rentistas nacionais e estrangeiros e endividar o país.

O governo antinacional e antipopular conta com o fim da recessão para se declarar vitorioso. A recuperação econômica virá em algum momento, mas não significará a retomada do desenvolvimento,

com ascensão das famílias e avanço das empresas. Ao contrário, o desmonte do país só levará à dependência colonial e ao empobrecimento dos cidadãos, minando qualquer projeto dedesenvolvimento.

Para voltar a crescer de forma consistente, com inclusão e independência, temos que nos unir, reconstruir nossa nação e definir um projeto nacional. Um projeto que esteja baseado nas nossas necessidades, potencialidades e no que queremos ser no futuro. Um projeto que seja fruto de um amplo debate.

É isto que propomos neste manifesto: o resgate do Brasil, a construção nacional.

Temos todas as condições para isso. Temos milhões de cidadãos criativos, que compõem uma sociedade rica e diversificada. Temos música, poesia, ciência, cinema, literatura, arte, esporte – vitais para a construção de nossa identidade.

Temos riquezas naturais, um parque produtivo amplo e sofisticado, dimensão continental, a maior biodiversidade do mundo. Temos posição e peso estratégicos no planeta. Temos histórico de coope-

ração multilateral, em defesa da autodeterminação dos povos e da não intervenção.

O governo reacionário e carente de legitimidade não tem um projeto para o Brasil. Nem pode tê-lo, porque a ideia de construção nacional é inexistente no liberalismo econômico e na financeirização planetária.

Cabe a nós repensarmos o Brasil para projetar o seu futuro – hoje bloqueado, fadado à extinção do empresariado privado industrial e à miséria dos cidadãos.

Nossos pilares são: autonomia nacional, democracia, liberdade individual, desenvolvimento econômico, diminuição da desigualdade, segurança e proteção do ambiente – os pilares de um regime desenvolvimentista e social.

Para termos autonomia nacional, precisamos de uma política externa independente, que valorize um maior entendimento entre os países em desenvolvimento e um mundo multipolar.

Para termos democracia, precisamos recuperar a credibilidade e a transparência dos poderes da República. Precisamos garantir diversidade e pluralidade nos meios de comunicação. Precisamos re-

duzir o custo das campanhas eleitorais, e diminuir a influência do poder econômico no processo político, para evitar que as instituições sejam cooptadas pelos interesses dos mais ricos.

Para termos Justiça precisamos de um Poder Judiciário que atue nos limites da Constituição e seja eficaz no exercício de seu papel. Para termos segurança, precisamos de uma polícia capacitada, agindo de acordo com os direitos humanos.

Para termos liberdade, precisamos que cada cidadão se julgue responsável pelo interesse público.

Precisamos estimular a cultura, dimensão fundamental para o desenvolvimento humano pleno, protegendo e incentivando as manifestações que incorporem a diversidade dos brasileiros.

Para termos desenvolvimento econômico, precisamos de investimentos públicos (financiados por poupança pública) e principalmente investimentos privados. E para os termos precisamos de uma política fiscal, cambial socialmente responsáveis; precisamos juros baixos e taxa de câmbio competitiva; e precisamos ciência e tecnologia.

Para termos diminuição da desigualdade, precisamos de impostos progressivos e de um Estado de bem-estar social amplo, que garanta de forma universal educação, saúde e renda básica. E precisamos garantir às mulheres, aos negros, aos indígenas e à comunidade LGBT direitos iguais aos dos homens brancos e ricos.

Para termos proteção do ambiente, precisamos cuidar de nossas florestas, economizar energia, desenvolver fontes renováveis e participar do esforço para evitar o aquecimento global.

Neste manifesto inaugural estamos nos limitando a definir as políticas públicas de caráter econômico. Apresentamos, assim, os cinco pontos econômicos do Projeto Brasil Nação.

1. Regra fiscal que permita a atuação contra-cíclica do gasto público, e assegure prioridade à educação e à saúde.

2. Taxa básica de juros em nível mais baixo, compatível com o praticado por economias de estatura e grau de desenvolvimento semelhantes aos do Brasil.

3. Superávit na conta corrente do balanço de pa-

gamentos que é necessário para que a taxa de câmbio seja competitiva.

4. Retomada do investimento público em nível capaz de estimular a economia e garantir investimento rentável para empresários e salários que reflitam uma política de redução da desigualdade

5. Reforma tributária que torne os impostos progressivos.

Esses cinco pontos são metas intermediárias, são políticas que levam ao desenvolvimento econômico com estabilidade de preços, estabilidade financeira e diminuição da desigualdade. São políticas que atendem a todas as classes exceto a dos rentistas.

A missão do Projeto Brasil Nação é pensar o Brasil, é ajudar a refundar a nação brasileira, é unir os brasileiros em torno das ideias de nação e desenvolvimento - não apenas do ponto de vista econômico, mas de forma integral: desenvolvimento político, social, cultural, ambiental; em síntese, desenvolvimento humano. Os cinco pontos econômicos do Projeto Brasil são seus instrumentos - não os únicos instrumentos, mas aqueles que mostram que há

uma alternativa viável e responsável para o Brasil.

Estamos hoje, os abaixo assinados, lançando o Projeto Brasil Nação e solicitando que você também seja um dos seus subscritores e defensores.

São Paulo, 27 de abril de 2017

Subscritores originais

Luiz Carlos Bresser-Pereira, economista

Eleonora de Lucena, jornalista

Celso Amorim, embaixador

Raduan Nassar, escritor

Chico Buarque de Hollanda, músico e escritor

Mario Bernardini, engenheiro

Rogério Cezar de Cerqueira Leite, físico

Roberto Schwarz, crítico literário

Pedro Celestino, engenheiro

Fábio Konder Comparato, jurista

Kleber Mendonça Filho, cineasta

Laerte, cartunista

João Pedro Stedile, ativista social

Wagner Moura, ator e cineasta

Vagner Freitas, sindicalista

Margarita Genevois, ativista de direitos humanos

Fernando Haddad, professor universitário

Marcelo Rubens Paiva, escritor

Maria Victoria Benevides, socióloga

Luiz Costa Lima, crítico literário

Ciro Gomes, político

Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo, economista

Alfredo Bosi, crítico e historiador
Eclea Bosi, psicóloga
Manuela Carneiro da Cunha, antropóloga
Fernando Moraes, jornalista
Leda Paulani, economista
André Singer, cientista político
Luiz Carlos Barreto, cineasta
Paulo Sérgio Pinheiro, sociólogo
Maria Rita Kehl, psicanalista
Eric Nepomuceno, jornalista
Carina Vitral, estudante
Luiz Felipe de Alencastro, historiador
Roberto Saturnino Braga, engenheiro e político
Roberto Amaral, cientista político
Eugenio Aragão, subprocurador geral da república
Ermínia Maricato, arquiteta
Tata Amaral, cineasta
Marcia Tiburi, filósofa
Nelson Brasil, engenheiro
Gilberto Bercovici, advogado
Otavio Velho, antropólogo
Guilherme Estrella, geólogo
José Gomes Temporão, médico
Luiz Alberto de Vianna Moniz Bandeira, historiador
Frei Betto, religioso e escritor
Hélgio Trindade, cientista político
Renato Janine Ribeiro, filósofo
Ennio Candotti, físico
Samuel Pinheiro Guimarães, embaixador
Franklin Martins, jornalista
Marcelo Lavenere, advogado
Bete Mendes, atriz
José Luiz Del Roio, ativista político

Vera Bresser-Pereira, psicanalista
Aquiles Rique Reis, músico
Rodolfo Lucena, jornalista
Maria Izabel Azevedo Noronha, professora
José Marcio Rego, economista
Olimpio Alves dos Santos, engenheiro
Altamiro Borges, jornalista
Reginaldo Mattar Nasser, sociólogo
José Joffily, cineasta
Isabel Lustosa, historiadora
Odair Dias Gonçalves, físico
Pedro Dutra Fonseca, economista
Alexandre Padilha, médico
Ricardo Carneiro, economista
José Viegas Filho, diplomata
Paulo Henrique Amorim, jornalista
Pedro Serrano, advogado
Mino Carta, jornalista
Luiz Fernando de Paula, economista
Iran do Espírito Santos, artista
Hildegard Angel, jornalista
Pedro Paulo Zaluth Bastos, economista
Sebastião Velasco e Cruz, cientista político
Marcio Pochmann, economista
Luís Augusto Fischer, professor de literatura
Maria Auxiliadora Arantes, psicanalista
Eleutério Prado, economista
Hélio Campos Mello, jornalista
Eny Moreira, advogada
Nelson Marconi, economista
Sérgio Mamberti, ator
José Carlos Guedes, psicanalista
João Sicsú, economista

Rafael Valim, advogado
Marcos Gallon, curador
Maria Rita Loureiro, socióloga
Antônio Corrêa de Lacerda, economista
Ladislau Dowbor, economista
Clemente Lúcio, economista
Arthur Chioro, médico
Telma Maria Gonçalves Menicucci, cientista política
Ney Marinho, psicanalista
Felipe Loureiro, historiador
Eugênia Augusta Gonzaga, procuradora
Carlos Gadelha, economista
Pedro Gomes, psicanalista
Claudio Accurso, economista
Eduardo Guimarães, jornalista
Reinaldo Guimarães, médico
Cícero Araújo, cientista político
Vicente Amorim, cineasta
Emir Sader, sociólogo
Sérgio Mendonça, economista
Fernanda Marinho, psicanalista
Fábio Cypriano, jornalista
Valeska Martins, advogada
Laura da Veiga, socióloga
João Sette Whitaker Ferreira, urbanista
Francisco Carlos Teixeira da Silva, historiador
Cristiano Zanin Martins, advogado
Sérgio Barbosa de Almeida, engenheiro
Fabiano Santos, cientista político
Nabil Araújo, professor de letras
Maria Nilza Campos, psicanalista
Leopoldo Nosek, psicanalista
Wilson Amendoeira, médico

Nilce Aravecchia Botas, arquiteta
Paulo Timm, economista
Maria da Graça Pinto Bulhões, socióloga
Olímpio Cruz Neto, jornalista
Renato Rabelo, político
Maurício Reinert do Nascimento, administrador
Adhemar Bahadian, embaixador
Angelo Del Vecchio, sociólogo
Maria Theresa da Costa Barros, psicóloga
Gentil Corazza, economista
Luciana Santos, deputada
Ricardo Amaral, jornalista
Benedito Tadeu César, economista
Aírton dos Santos, economista
Jandira Feghali, deputada
Laurindo Leal Filho, jornalista
Alexandre Abdal, sociólogo
Leonardo Francischelli, psicanalista
Mario Canivello, jornalista
Mario Ruy Zacouteguy, economista
Anne Guimarães, cineasta
Rosângela Rennó, artista
Eduardo Fagnani, economista
Rebeca Schwartz, psicóloga
Moacir dos Anjos, curador
Regina Gloria Nunes de Andrade, psicóloga
Rodrigo Vianna, jornalista
Lucas José Dib, cientista político
William Antonio Borges, administrador
Paulo Nogueira, jornalista
Oswaldo Doreto Campanari, médico
Carmem da Costa Barros, advogada
Eduardo Plastino, consultor

Ana Lila Lejarraga, psicóloga
Cassio Silva Moreira, economista
Marize Muniz, jornalista
Valton Miranda, psicanalista
Miguel do Rosário, jornalista
Humberto Barrionuevo Fabretti, advogado
Fabian Domingues, economista
Kiko Nogueira, jornalista
Fania Izhaki, psicóloga
Carlos Henrique Horn, economista
Beto Almeida, jornalista
José Francisco Siqueira Neto, advogado
Paulo Salvador, jornalista
Walter Nique, economista
Claudia Garcia, psicóloga
Luiz Carlos Azenha, jornalista
Ricardo Dathein, economista
Etsel Ritter von Stockert, matemático

Frente Parlamentar Mista em Defesa da Soberania Nacional

Com o objeto de defender, discutir e envolver o parlamento e a sociedade civil no debate sobre a soberania nacional, os deputados e senadores estão propondo a criação da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Soberania Nacional, com base na Constituição Federal.

Manifesto pela Soberania Nacional

1. O fundamento da democracia brasileira é a soberania, inscrito solenemente no Artigo 1º da Constituição.

2. Este mesmo Artigo Primeiro estabelece solenemente que todo Poder emana do povo que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente.

3. A soberania é o direito inalienável e a capacidade da sociedade brasileira de se organizar de acordo com sua história e características sociais para promover o desenvolvimento de todo o seu povo, de forma justa, próspera, democrática e fraterna.

4. Esta soberania não pode ser limitada por polí-

ticas ocasionais que a comprometam e que dificultem a autodeterminação do Brasil e sua capacidade de resistir a tentativas de interferência externa.

5. A renúncia a certos direitos invioláveis, tais como o direito de organizar seu Estado e sua sociedade de forma a promover o desenvolvimento é inadmissível.

6. Assim, cabe ao Congresso Nacional, integrado por representantes eleitos pelo povo brasileiro, garantir a soberania, o desenvolvimento e a independência nacional.

7. A organização de uma Frente Parlamentar de Defesa da Soberania se justifica na medida que Estados subdesenvolvidos como o nosso enfrentam sempre a ação de Estados mais poderosos para que reduzam sua soberania, enquanto esses Estados defendem e preservam com todo o empenho sua própria soberania.

8. Os eixos principais de ação da Frente Parlamentar serão a defesa da exploração eficiente dos recursos naturais, entre eles o petróleo, para a promoção do desenvolvimento;

- da construção de uma infraestrutura capaz de promover o desenvolvimento;
- da contribuição da agricultura para a alimentação do povo e as exportações;
- do capital produtivo nacional e de um sistema de crédito que tenha como objetivo seu fortalecimento;
- do emprego e do salário do trabalhador brasileiro;
- de um sistema tributário mais justo;
- de Forças Armadas capazes de defender nossa soberania e de uma política externa independente.

Brasília, 21 de junho de 2017

Comissão Executiva

Roberto Requião (PMDB-PR)

Patrus Ananias (PT-MG)

Glauber Braga (PSOL-RJ)

Celso Pansera (PMDB-RJ)

Odorico Monteiro (PSB-CE)

Afonso Motta (PDT-RS)

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)



Brasil do Diálogo, da Produção e do Emprego: acordo entre trabalhadores e empresários pelo futuro da produção e do emprego

Introdução

O estabelecimento de um trabalho conjunto e contínuo entre a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, a Central Única dos Trabalhadores e a Força Sindical é algo inédito e marcante. A organização deste seminário é uma primeira consequência. Porém, a razão que une as entidades vai muito além da ação conjunta de Produção e Emprego, na realidade reflete a preocupação em se construir um Brasil com maior crescimento econômico e mais oportunidades para sua população.

Hoje o Brasil é apresentado, mundialmente, como um dos países que reúne condições para avançar no seu processo de desenvolvimento para romper com as barreiras do subdesenvolvimento.

Contribuem para isso os nossos bons indicado-

res macroeconômicos e o volume de investimentos públicos e privados previstos.

Resultado de uma política que articulou estabilidade macroeconômica, fortalecimento do mercado interno e compatibilização entre crescimento e distribuição de renda, o atual momento da economia brasileira aponta para uma curva mais estável de crescimento.

Vale ressaltar que o acerto na decisão de dinamizar o grande potencial do mercado interno brasileiro por meio de uma política de valorização do salário mínimo, universalização de programas como Bolsa Família e Pronaf (agricultura familiar) nas áreas mais pobres, a ampliação da disponibilidade de crédito, associado a uma retomada dos investimentos públicos criou um novo dinamismo econômico.

Porém, os resultados já alcançados não são capazes de garantir a continuidade de um processo de desenvolvimento virtuoso. E, neste momento, um projeto consistente de aceleração do desenvolvimento com justiça social é fundamental.

Não existem países cujos cidadãos gozem de alto

padrão de vida e pleno acesso a bens e serviços, que não tenham uma indústria sólida, diversificada e com alto grau de inserção nos mercados internacionais. Vale dizer, nenhum país atingiu alto nível de renda não tendo a indústria como causa e motor de seu desenvolvimento.

No Brasil, foi o desenvolvimento industrial o responsável pela integração de grande parcela da população ao consumo, pela ampliação da classe média, pela urbanização do país e pelo crescimento de outros segmentos econômicos, ligados direta ou indiretamente à produção industrial.

Entretanto, a análise de alguns indicadores recentes aponta para o precoce encolhimento da participação da indústria de transformação no PIB brasileiro. O crescente déficit comercial do setor de manufaturados, a reprimarização da pauta de exportação, o crescente processo de substituição da produção doméstica por produtos finais e insumos industriais importados, a expressiva queda do conteúdo nacional na produção industrial, entre outros, acendem a luz amarela e nos remetem à ne-

cessidade de reversão deste processo.

É fundamental resgatar o protagonismo da indústria no processo do desenvolvimento. Uma nação com cerca de duzentos milhões de habitantes não pode se dar ao luxo de abrir mão do papel da indústria no crescimento econômico. A produção e exportação de commodities agrícolas e minerais, apesar do grande aumento recente, não gera emprego e renda suficientes para atender a demanda da nação brasileira. Mesmo o setor de serviços, tão importante para a economia nacional, tem seu dinamismo derivado principalmente da indústria.

A previsão de que em trinta ou quarenta anos o Brasil será a quarta economia do mundo apenas se sustenta com o restabelecimento do papel da indústria com o adensamento de suas cadeias produtivas.

Sendo assim, é necessário que o Estado exerça um papel fundamental de estímulo aos agentes produtivos (empresas e trabalhadores), propiciando um ambiente macroeconômico que não seja limitante da competitividade, e uma política industrial, de inovação e de comércio exterior, que promova os

investimentos, a inserção internacional e o emprego de forma a tornar realidade as expectativas otimistas que pairam sobre o Brasil.

Com o firme propósito de contribuir com o governo e com outros setores da sociedade este seminário não pretende ser apenas expositivo. Mais que isso, traz proposições orientadas a criar um fórum permanente, com a participação de governo, empresas e trabalhadores, na busca de um futuro de maior crescimento e oportunidades para a população brasileira.

Os pontos a seguir alinhados indicam um roteiro com as prioridades que serão aprofundadas e detalhadas durante as discussões do referido fórum que se estabelecerá a partir deste evento.

Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior

Os instrumentos de política industrial (financiamentos públicos e desonerações tributárias etc.) levarão em conta compromissos de contrapartidas sociais, ambientais e de emprego.

Aprimoramento institucional: fortalecer papel dos conselhos tripartites do BNDES, FINEP e ins-

tituições de coordenação da PDP, para monitorar e avaliar o cumprimento das metas e aplicação das políticas públicas, em especial os índices de conteúdo nacional.

Ampliação do investimento fixo.

I. Reduzir custo de crédito para investimentos

Reduzir spreads dos Agentes e Taxas do BNDES por meio de: redução do spread dos bancos; eliminação da tributação sobre o financiamento ao investimento; e liberação de compulsório não remunerado na proporção dos desembolsos de recursos direcionados exclusivamente a linhas de investimento remuneradas pela TJLP;

Reduzir a TJLP, de modo que a taxa de juros de longo prazo no Brasil se aproxime das internacionais, sem comprometer a remuneração dos recursos do FAT;

Dar continuidade ao Programa de Sustentação do Investimento - PSI, com taxa de juros igual à inflação, ao menos para micro, pequenas e médias indústrias.

II. Facilitar o acesso ao crédito para investimento

Reduzir burocracia nas operações de crédito com: criação de modelos simplificados de documentação conforme faixas de valores de empréstimo, desenvolvimento de sistema de cadastro compartilhado entre as instituições de fomento, criação de sistema de pré-cadastramento e flexibilização dos procedimentos do Cadin, por faixa de valores.

Ampliar e operacionalizar a utilização dos mecanismos de garantia e seguro de crédito.

Garantir que tanto o Banco Central quanto os bancos classifiquem melhor as operações de crédito cobertas pelo FGC, FGI e por seguro de crédito, exigindo menor provisão e reduzindo spreads, além de facilitar o acesso ao crédito. Para o FGI acompanhar as garantias solicitadas pelos agentes, de maneira que não excedam a parcela não coberta pelo Fundo.

III. Facilitar o acesso ao crédito para micro e pequenas empresas e economia solidária

Criação do Banco de Desenvolvimento para financiar micro e pequenas empresas e economia solidária.

IV. Ampliar a oferta de crédito para o investimento

Estruturar os bancos públicos para operações de financiamento ao investimento, definindo metas de desembolso de acordo com a Política de Desenvolvimento Produtivo e, capacitar corpo técnico e operacional nas agências para o atendimento das micro, pequenas e médias indústrias e economia solidária.

Aumentar a Capilaridade do Sistema de Financiamento ao Investimento, com base em parcerias entre BNDES e governanças locais, e BNDES e instituições empresariais e de análise de crédito.

Aprimorar o PROGER e incluí-lo na PDP. Deve ser criado programa específico para médias empresas, reduzidos spreads dos agentes, permitida operação por agências de fomento, bancos privados e cooperativas de crédito, aumentados prazos de carência e pagamento pelos repassadores e criadas e monitoradas metas trimestrais de desembolsos.

V. Adequar e desenvolver produtos de financiamento ao investimento

Reduzir a quantidade de linhas e programas de

financiamento, ampliar escopo e garantir sua perenidade, e ampliar sua divulgação e capacitação.

Desenvolver novos produtos, contemplando diferenciações na utilização das linhas de financiamento por porte da empresa, e linhas de financiamento para a gestão e desenvolvimento empresarial para micro, pequenas e médias empresas e economia solidária.

VI. Incrementar desonerações dos investimentos

Desoneração tributária na aquisição de matérias-primas e componentes utilizados na produção nacional de máquinas e equipamentos (Drawback Investimento). Para o adquirente das máquinas e equipamentos de produção nacional destinados ao ativo permanente, isenção do IPI e instituir apropriação imediata dos créditos de PIS e COFINS. Conceder depreciação integral no próprio ano de aquisição, para máquinas, equipamentos, aparelhos, instrumentos novos, edifícios e construções de finalidade industrial.

Propostas para readensamento de cadeias industriais:

I. Assegurar que o conceito de conteúdo nacional seja utilizado como diretriz de política industrial, garantindo que as políticas públicas tenham efeitos exclusivamente para a indústria nacional e definindo instrumentos de política que deem isonomia ao produto nacional vis-à-vis o importado;

II. Definir o conceito de conteúdo nacional tecnológico para ser utilizado como diretriz de política industrial;

III. Utilizar matérias-primas produzidas localmente e exportadas como um diferencial competitivo para agregação de valor no país, exportando produtos manufaturados e substituindo importação de produtos elaborados;

IV. Compatibilizar regulação/normatização setorial com objetivos de política industrial, compatibilizando normas e processos com a promoção da indústria, estabelecendo instâncias de coordenação entre a política industrial e a ação setorial, por exemplo, a atuação das agências reguladoras.

Ações para desenvolvimento industrial regional:

I. Dinamizar as potencialidades e as especificidades de cada região, articulando-as com a política industrial nacional;

II. Contribuir para o desenvolvimento regional, estimulando iniciativas que valorizem a dimensão espacial e o fortalecimento de arranjos produtivos locais;

III. Apoiar a revitalização e/ou reconversão de áreas com maior especialização setorial que enfrentam processo de desindustrialização, programas de inovação e modernização das demais áreas com especialização setorial.

IV. Apoiar programas de inovação e modernização das regiões tradicionalmente industrializadas.

V. Apoiar o desenvolvimento de APLs: definir instrumentos de política que favoreçam a cooperação e os ganhos de escala e de competitividade.

Compras governamentais:

Regulamentar e aplicar mecanismos legais que preveem a margem de preferência para produtos nacionais nas compras governamentais. Para os

casos imprescindíveis de aquisição de produtos estrangeiros, deve ser obrigatória a transferência de tecnologia.

Emprego, Educação e Qualificação Profissional

Promover políticas que visem a geração de emprego, a formalização do mercado de trabalho e do trabalho decente.

Estimular modelo de relações de trabalho que promova a negociação coletiva e a representação sindical no local de trabalho.

Políticas de regulação e estruturação do mercado de trabalho:

I. Integrar as políticas de seguro-desemprego, de intermediação de mão de obra e de qualificação profissional;

II. Introduzir no sistema de seguro-desemprego, vinculados a negociação coletiva, mecanismos de preservação do emprego e da renda, estimulando a qualificação profissional.

Implantação de um sistema articulado de educação técnica, qualificação profissional e educação básica:

I. Inclusão no mercado de trabalho por meio de aprendizagem prática, capacitação profissional, escolarização e orientação para reinserção ao trabalho;

II. Ampliar as vagas para o ensino técnico e tecnológico nas instituições federais;

III. Propiciar condições para contínua atualização da mão de obra qualificada ('chão de fábrica') industrial.

As partes já estabelecem como objetivo do trabalho conjunto a ser desenvolvido os estudos relativos:

I. Rotatividade da mão de obra;

II. Organização dos trabalhadores no local de trabalho;

III. Saúde e segurança no trabalho.

Incremento dos Investimentos em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação

Criar regras para utilização dos créditos tributários para investimento em P&D&I;

Viabilizar acesso às políticas de apoio aos inves-

timentos de pesquisa, desenvolvimento e inovação aos empreendimentos de economia solidária.

Validar os instrumentos da Lei de Inovação, em especial a regulamentação da margem de preferência adicional para produtos manufaturados e serviços nacionais resultantes de desenvolvimento e inovação tecnológica realizados no país;

Criar ambientes de inovação focados nas empresas, realizando a difusão e extensão tecnológica, aprimorando o Sistema Brasileiro de Tecnologia - SIBRATEC, as bolsas do Programa de Capacitação de Recursos Humanos para Atividades Estratégicas - RHAE, e formando agentes locais de inovação.

Aprimorar o financiamento à inovação:

I. Reduzir a burocracia nas operações de investimento, simplificando documentos necessários ao financiamento, desenvolvendo mecanismos de garantia para a inovação, e aumentando a capilaridade do sistema de financiamento;

II. Reduzir juros de financiamento mantendo as atuais linhas de financiamento em projetos de P&D&I

com taxa real de juros igual ou inferior à inflação;

III. Adequar os instrumentos de financiamento à inovação aos empreendimentos de economia solidária.

IV. Adequar e desenvolver produtos de financiamento ao investimento em P&D&I.

Ampliar e consolidar instrumento de subvenção econômica:

I. Aperfeiçoar instrumentos, em particular valores de contrapartida, conforme porte das empresas, em especial para micro, pequenas e médias indústrias e economia solidária; Simplificar e otimizar o instrumento: lançar calendário de editais, pré-selecionar projetos, e cumprir prazo de repasse de recursos conforme cronograma físico-financeiro do projeto.

Operacionalizar e aprimorar a Lei nº 11.196/05 (Lei do Bem) e reestruturar incentivos fiscais às MPMEs: garantir a segurança jurídica desta lei, em especial nas questões relacionadas ao aspecto fiscal; despesas com depreciação e ativos intangíveis; contratação de pesquisadores; e também ao próprio conceito de inovação tecnológica. Estender incentivos a empresas tributadas pelo lucro presumido.

Consolidar o Sistema Nacional de Inovação: capacitar recursos humanos para inovação; modernizar a infraestrutura básica e de serviços tecnológicos – Tecnologia Industrial Básica (TIB), e reforçar a infraestrutura de suporte à propriedade intelectual.

Estimular a ampliação da participação do investimento privado em P&D&I.

Comércio Exterior

Elevar a representatividade institucional e aprimorar a coordenação dos órgãos de comércio exterior (MDIC, CAMEX e COANA/SRF).

Criar canais formais de diálogo e negociação entre governo e representações empresariais e de trabalhadores.

Incluir nas missões institucionais ao exterior a participação de representantes de empresários e trabalhadores.

Estímulo a promoção comercial por meio de projetos setoriais da APEX.

Propostas relacionadas à competitividade do comércio exterior:

I. Financiamento do comércio exterior para produtos manufaturados;

II. Ampliar linhas de financiamento às exportações em reais, com critérios de prazo, juros e garantias equivalentes às linhas de ACC oriundas do exterior;

III. Unificar os serviços de financiamento ao comércio exterior, incluindo os serviços que complementam a concessão do crédito à exportação;

IV. Operacionalizar o Fundo Garantidor de Crédito ao Comércio Exterior (FGCE) e garantir melhor classificação para obtenção de crédito pelas micro, pequenas e médias indústrias e economia solidária;

V. Eliminar a prática de especulação com linhas de refinanciamento à importação de bens de consumo, definindo prazo de liquidação cambial de 60 dias após o desembaraço aduaneiro.

Simplificação da legislação de comércio exterior:

I. Consolidar a legislação de comércio exterior, harmonizando-a com os principais tratados internacionais aduaneiros, com foco na redução do número de procedimentos e anuentes envolvidos nas

operações de comércio exterior.

Barreiras às exportações:

I. Identificar e reduzir barreiras tarifárias e não tarifárias (técnicas, sanitárias e fitossanitárias) às exportações, ampliando a atuação em foros internacionais e de forma bilateral.

Defesa Comercial:

I. Fortalecer a estrutura do departamento de defesa comercial (DECOM) do MDIC, assegurando os recursos humanos e materiais necessários;

II. Incrementar o uso de instrumentos de defesa comercial, incluindo salvaguardas e medidas compensatórias, licença não automática, valoração aduaneira, salvaguardas e antidumping. O Governo Federal deve considerar investigações de defesa comercial ex-ofício, a partir da análise de setores considerados estratégicos para a indústria brasileira e em consulta com o setor privado;

III. Implementar a abertura e aplicação de medidas de defesa comercial com fundamento em ameaça de dano.

China:

I. Manter o tratamento da China como economia que não opera em condições predominantes de mercado;

II. Aplicar salvaguardas transitórias para produtos específicos, conforme permitido pelo Protocolo de Acesso da China à OMC.

Fiscalização:

I. Incrementar a eficácia do controle e fiscalização aduaneiros pela Receita Federal, por meio da melhoria da infraestrutura fiscalizatória.

II. Incrementar o percentual de produtos efetivamente fiscalizados por meio de análise documental e física;

III. Incrementar a fiscalização e o combate de práticas elisivas às medidas de defesa comercial, incluindo por meio da aplicação de instrumentos anti-circumvention, e controles de certificados de origem não preferenciais.

Regulamentação técnica, sanitária e fitossanitária:

I. Assegurar a efetiva fiscalização do cumpri-

mento da regulamentação técnica e das normas sanitárias e fitossanitárias domésticas por parte das importações;

II. Agilizar a aprovação de lei que dispõe sobre a importação e o fornecimento de produtos sujeitos à regulamentação técnica federal, facultando aos órgãos competentes a atuação nos recintos alfandegados.

Divulgação de estatísticas de comércio exterior.

I. Disponibilizar a publicação de estatísticas detalhadas de comércio exterior, com informações desagregadas sobre o volume e o valor de cada operação de importação (informação por Declaração de Importação - DI).

Regulamentar a lei de importação dos bens usados, no intuito de que esses bens não prejudiquem a produção nacional.

Cooperativismo e Economia Solidária

Apoiar a aprovação e regulamentação de Leis relativas à Economia Solidária e o Cooperativismo com o objetivo de viabilizar financiamento e tratamento

tributário adequados aos empreendimentos de Economia Solidária.

Conferir aos empreendimentos de Economia Solidária de pequeno porte o mesmo tratamento fiscal das empresas de pequeno porte por meio do Super Simples (Lei Complementar n. 123/2006).

Definir uma política de apoio à recuperação de empresas com falência decretada judicialmente através de empreendimentos de Economia Solidária, afastando a sucessão de passivos trabalhistas e fiscais quando do arrendamento ou comodato dos ativos da empresa para seus trabalhadores, mediante assistência sindical.

Viabilizar a criação do Fundo Nacional de Apoio à Economia Solidária - FNAES, com recursos provenientes do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT e aportes privados.

Constituição do Sistema Público de Economia Solidária que garanta:

I. Desenvolvimento e reaplicação de tecnologias sociais;

II. Criação de um processo de certificação aos produtos oriundos de EES;

III. Estimule a criação de redes entre os Empreendimentos de Economia Solidária e as cadeias produtivas.

Ambiente Macroeconômico

Política Fiscal

Dívida pública:

I. Custo

Buscar redução da dívida pública de forma que o esforço fiscal gerado pela eficiência do Estado tenha como resultado a redução da taxa de juro;

II. Estoque

A redução da taxa de juros associada à manutenção do crescimento econômico a 5% ao ano viabiliza a redução da relação dívida pública;

III. Perfil

Reduzir substancialmente a parcela da dívida pública atrelada à SELIC, buscando o alongamento do perfil da dívida.

Juros e crédito:

Juros básicos

Política de redução da taxa de juros para nível internacional harmonizada com uma política fiscal eficiente.

Política monetária:

I. Taxa de juros de longo prazo

Construção de um cenário temporal de taxas de juros de longo prazo, com a contribuição de um esforço continuado de emissão de títulos públicos pré-fixados e de alongamento de seus prazos de vencimento;

II. Outros instrumentos (compulsórios)

Utilização de instrumentos alternativos de política monetária sem que haja pressões desnecessárias sobre a taxa de juros;

III. Ampliação do Conselho Monetário Nacional com participação de representantes de trabalhadores e entidades empresariais;

IV. Aprofundar a desindexação de preços nos setores administrados alongando a periodicidade.

Medidas microeconômicas para o mercado de crédito:

I. Ampliação da portabilidade das informações cadastrais de forma a beneficiar os bons clientes e estimular a concorrência entre instituições financeiras;

II. Acompanhar e avaliar a contribuição do Cadastro Positivo para a redução dos juros cobrados de bons clientes.

Crédito de longo prazo:

I. BNDES

Atuação mais decisiva do banco na demanda por títulos emitidos pelas empresas;

II. Bancos privados

Incentivos para que as instituições financeiras direcionem recursos para financiamento produtivo de longo prazo;

III. Mercado de capital

Incentivo para que as instituições financeiras contratadas para realizar emissões de debêntures garantam um mínimo de liquidez aos títulos no mercado secundário.

Política Cambial

Medidas de atuação no mercado cambial:

I. Aumentar alíquota de IOF sobre a entrada de investimentos em carteira (renda fixa), sempre que houver elevação da taxa de juros - SELIC;

II. Intensificar a compra de dólares pelo Banco Central no mercado de câmbio futuro (Swap Cambial Reverso);

III. Estabelecer prazo mínimo de 120 dias para contratos no mercado futuro de câmbio.

Combate à guerra cambial:

Adotar uma posição ativa internacionalmente com o objetivo de (I) frear a Guerra Cambial e (II) obter a valorização das moedas desalinhadas de forma artificial. Em especial, os esforços devem focar o governo da China, tendo em vista a crescente relevância deste país nas relações comerciais do Brasil.

Política Tributária

Reforma tributária:

I. Redução do número de tributos e sua complexidade;

II. Promover maior justiça tributária, reduzindo a atual regressividade;

III. Promoção da isonomia fiscal entre setores, regiões e produtos nacionais e importados.

Melhorias do sistema tributário:

I. Simplificação

Eliminação da cumulatividade de impostos definindo um conceito de valor líquido tributável para servir de base à tributação de qualquer bem ou serviço;

II. Unificação dos tributos incidentes sobre o valor adicionado em um único imposto em substituição a: ICMS, PIS/PASEP, COFINS e CIDE-Combustíveis;

III. Unificação dos tributos sobre a renda (CSLL e IRPJ);

IV. Utilização do imposto sobre Produtos Industrializados como instrumento de política industrial;

V. A destinação das receitas do imposto sobre o valor adicionado e sobre a renda seguirá a atual vinculação de destinação, em especial para as áreas sociais.

Justiça fiscal:

I. Implantação de um modelo tributário que tenha a progressividade como princípio, ou seja, que defina as alíquotas de tributação a partir da capacidade de pagamento do contribuinte;

II. Ampliação, de modo gradual, do prazo de recolhimento dos impostos e contribuições federais para 60 dias contados a partir do fato gerador;

III. Efetiva implementação do direito de utilizar os créditos de ICMS nas operações de aquisição de mercadorias de uso e consumo conforme já previsto na Lei Complementar 87/96 a partir de 2011;

IV. Aumento do limite de isenção do IRPF (primeira faixa) resultando na ampliação da progressividade da atual tabela de IRPF;

V. Isenção do IRPF sobre a renda auferida pelos trabalhadores como PLR;

VI. Ampliar imediatamente o limite de faturamento das empresas enquadradas no Simples para R\$ 3,6 milhões e criar uma regra de correção automática desse valor.

Desonerações:

Desoneração completa dos investimentos. Isenção de tributos as máquinas e os equipamentos, bem como seus insumos, partes, peças e componentes.

Transparência:

I. Garantia do direito de a sociedade saber quanto paga de tributos em cada produto ou serviço que adquire.

Isonomia:

I. Redução progressiva da alíquota interestadual do ICMS até 4%, suficiente para custear a fiscalização e administração fazendária e para minimizar eventuais perdas de alguns estados;

II. Proibição aos incentivos dados às importações de produtos por alguns estados;

III. Criar mecanismos para coordenar a aplicação da substituição tributária em nível nacional.

Questão dos créditos tributários:

I. Compensação plena dos tributos federais e estaduais incidentes sobre a atividade exportadora;

II. Garantia de pagamento dos estoques de créditos já acumulados, em nível federal e estadual;

III. Em relação aos fluxos estadual e federal, a restituição dos créditos em 90 dias do fato gerador;

IV. Compensação desburocratizada para o pagamento de tributos federais.

São Paulo, 26 de maio de 2011

Subscritores originais:

Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP)

Central Única dos Trabalhadores (CUT)

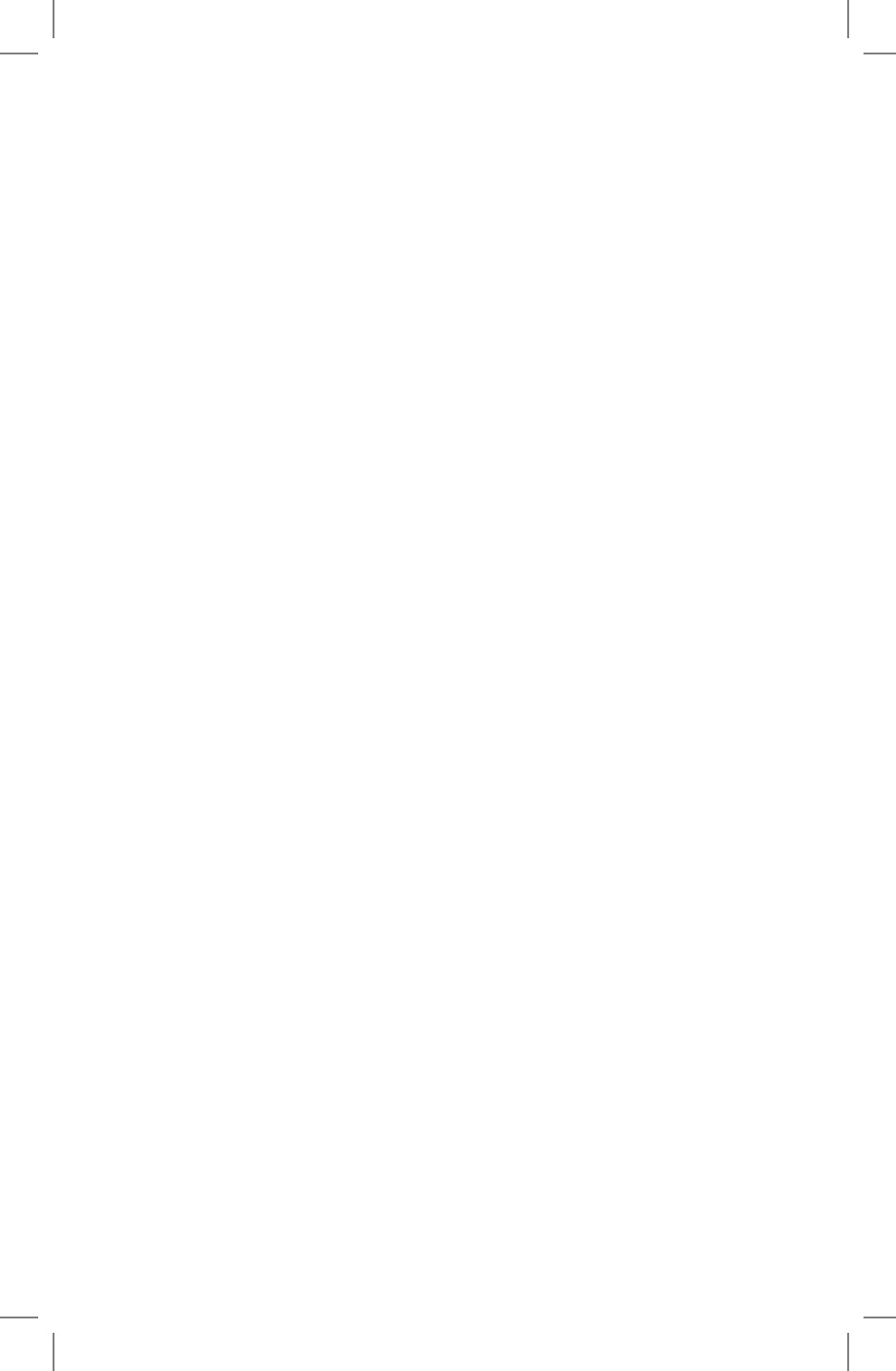
Força Sindical

Sindicato dos Metalúrgicos do ABC

Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e Mogi das Cruzes

Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE)





Cátedra Celso Furtado
Fundação Escola de Sociologia e Política- FESPSP
Rua Gen. Jardim, 522 - Vila Buarque, São Paulo - SP

Clube de Engenharia do Rio de Janeiro
Av. Rio Branco, 124 - Centro, Rio de Janeiro - RJ

Julho de 2017